

Informe Anual

2009



CEG RIO 

Av. Pedro II, 68 – São Cristóvão – Parte
CEP: 20941-070 – Rio de Janeiro – RJ

08002820205 – Central de Atendimento
08000240197 – Emergência 24h
08000249040 – Agenersa

Informe Anual 2009

Nosso compromisso é
trabalhar pelo futuro.

1. Carta do Presidente do Conselho de Administração	04
2. Carta do Presidente e do Country Manager da Gas Natural Fenosa - Brasil	06
3. Composição da Administração	08
4. Cenário Macroeconômico e Indústria do Gás	10
5. Atividade Comercial	12
6. Sumário Financeiro	16
7. Responsabilidade Social Corporativa	20
8. Demonstrações Financeiras	23





1. Carta do Presidente do Conselho de Administração da CEG RIO

Senhores,

As empresas do Grupo Gas Natural no Brasil ratificaram em 2009 sua crença em um modelo de negócios com horizonte estratégico que transcende os interesses econômicos imediatos. Foi acreditando neste princípio de atuação que, mesmo em um cenário adverso, contabilizaram conquistas importantes ao longo do exercício.

No caso da CEG RIO, dois novos municípios, Rio das Flores e Três Rios, foram gaseificados, perfazendo um total de 19 cidades atendidas. Vale lembrar que em 1997, ano em que a empresa foi privatizada, o gás natural canalizado, se considerarmos o mercado como um todo – residências, comércios e postos de GNV –, só era distribuído no Município do Rio de Janeiro e mesmo assim com uma grande concentração na Zona Sul da cidade.

Hoje, por conta do empenho em dar prosseguimento à interiorização da distribuição, está sendo possível chegar a municípios situados em regiões de mais difícil acesso ao gás, como é o caso das cidades serranas.

Mesmo com todas as oscilações do mercado, o Plano de expansão da Companhia foi mantido, e foram concluídas as obras de infraestrutura para abastecimento aos segmentos residencial e industrial na cidade de Três Rios. Em Rio das Flores, a CEG RIO iniciou suas atividades através do mercado de GNV.

Embora as vendas da CEG RIO tenham sido reduzidas em função da crise, o mercado residencial registrou crescimento. O número total de clientes incorporados cresceu 7% em relação ao ano anterior, chegando a mais de 23 mil. Nos indicadores financeiros, houve alta do lucro bruto, de R\$ 160,5 milhões, que superou o de 2008, com margem de 17,4% – 7,8 pontos percentuais superior à apresentada no exercício passado.

A expansão da CEG RIO, assim como das demais empresas do Grupo Gas Natural, está calcada em bases firmes e sustentáveis não só na dimensão socioeconômica como também na ambiental. Ao desenvolver sua atividade, mais do que contribuir para a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera – consequência inerente ao uso do gás natural em substituição a outros combustíveis –, a Companhia procurou criar uma consciência ambiental.

Ao realizar campanhas de conscientização no uso do gás e intensificar o rigor no cumprimento das normas, a CEG RIO também fortaleceu seu compromisso de contínua melhoria operacional, conseguindo – juntamente com as demais empresas do Grupo Gas Natural Brasil – os melhores índices de segurança da sua história.

Esses resultados só foram possíveis graças à dedicação das equipes envolvidas, que com seu alto nível profissional e humano mostraram acreditar nas diretrizes da nossa gestão. A eles, agradeço sinceramente.

Quero agradecer ainda aos representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio e confiança depositados em nossa atuação. Este é o maior estímulo para que a Companhia permaneça na direção do crescimento e da rentabilidade, que vão garantir a continuidade do seu desenvolvimento.

Muito obrigado.

Sergio Aranda
Presidente do Conselho de Administração





2. Carta do Presidente e do Country Manager da Gas Natural Fenosa - Brasil

É com muita satisfação que apresentamos este Relatório de atividades da CEG RIO em 2009, que traz indicadores positivos, os quais reforçam nossa crença de que estamos contribuindo para o contínuo crescimento da participação do gás natural na matriz energética brasileira.

Seguindo o objetivo de fazer com que o gás natural esteja presente em toda a sua área de concessão, a Companhia continuou realizando investimentos em infraestrutura. Estes investimentos viabilizaram em 2009 a chegada do gás a duas novas cidades, Três Rios e Rio das Flores, nesta última o início do abastecimento se dando através do mercado de GNV.

Com isso, já chega a 19 o número de municípios abastecidos. Vale destacar que até pouco tempo atrás, levar o gás a localidades como Três Rios era uma meta distante, que agora se concretiza.

Ainda que se saiba que a economia brasileira foi uma das que responderam de melhor forma aos impactos causados pela crise econômica mundial, iniciada em setembro de 2008, algumas consequências inevitáveis da mesma acabaram por afetar o mercado de gás no Brasil, especialmente as indústrias.

Mas a Companhia deu prosseguimento à política de aumentar a oferta de gás natural para os parques industriais do Rio de Janeiro, os quais possibilitarão o crescimento econômico, de trabalho e renda nos seus respectivos municípios. Foi iniciado o abastecimento a duas grandes indústrias – Latapack, em Três Rios, e Votorantim Siderurgia, em Resende – cuja capacidade total de consumo é de 3,3 milhões de metros cúbicos/mês.

O total de clientes – 23.031 – teve em 2009 um acréscimo de 7% em relação ao ano anterior. As vendas de gás no segmento residencial cresceram 2% e, mesmo com as incertezas do mercado, foram investidos R\$ 27,3 milhões.

Assim como nas demais empresas do Grupo Gas Natural no Brasil, a CEG RIO conseguiu no período os melhores índices de segurança, tanto no contexto laboral como no da segurança industrial, em matéria de distribuição e de utilização.

Na área de responsabilidade social, intensificou sua presença no cotidiano da população fluminense, através do apoio a programas de caráter educativo, social e cultural, como o Prêmio Rio Sociocultural e Festival Vale do Café.

Foi enfim um ano de muitos avanços, e esperamos poder continuar respondendo às melhores expectativas sobre nós depositadas.

Com postura profissional, a CEG RIO conseguiu contornar as dificuldades e continuar no seu caminho de desenvolvimento. Uma das grandes responsáveis por essa vitória foi a equipe da empresa, a quem agradecemos sinceramente.

Aos demais parceiros também, em especial ao Governador Sérgio Cabral, à frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o nosso muito obrigado.



Bruno Armbrust
Presidente da Gas Natural Fenosa - Brasil



Antoni Almela Casanova
Country Manager da Gas Natural Fenosa - Brasil



3. Composição da Administração



Conselho de Administração

Sergio Aranda Moreno
Presidente

Bruno Armbrust
Antoni Almela Casanova
Ramón Linares Morera
Salvador Peñarrubia Sánchez
Ewald Possolo Correa da Veiga
Alexandre Bahia Santiago

Diretoria CEG RIO

Bruno Armbrust
Diretor Presidente

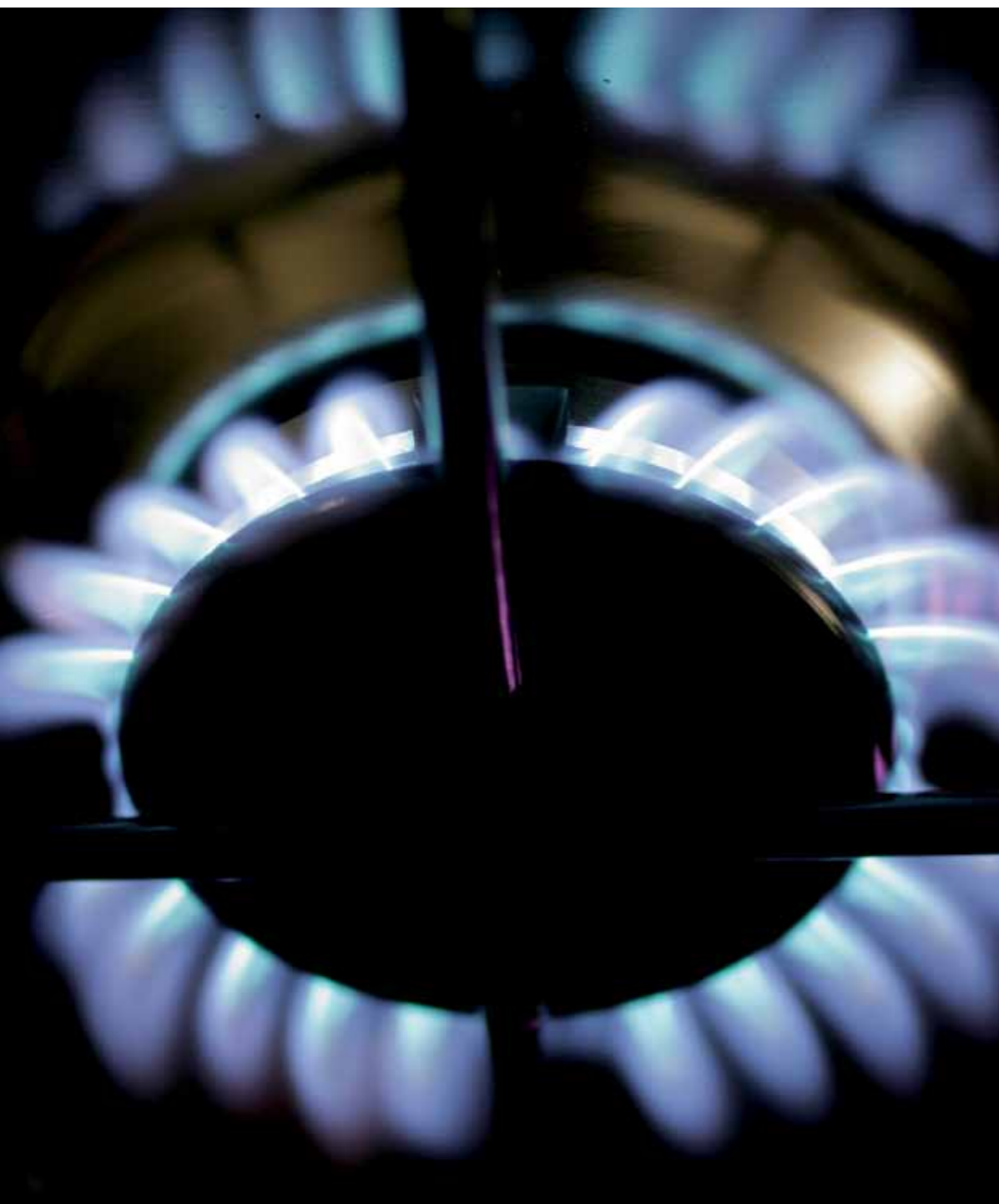
José Eudes Freitas
Diretor Económico Financeiro

Antoni Almela Casanova
Diretor Comercial

Jose Maria Margalef Badenas
Diretor Técnico



4. Cenário Macroeconômico e Indústria do Gás



Apesar da recuperação da economia, a partir do segundo semestre de 2009, o ano foi fortemente impactado pela crise econômica mundial, iniciada no segundo semestre de 2008. Esse cenário gerou recuo da atividade industrial em todo o país, (-5,5%), influenciada pela queda do dinamismo dos produtos tipicamente de exportação, particularmente as *commodities* (minérios de ferro e produtos siderúrgicos), e pelo forte ajuste na produção de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e de máquinas e equipamentos.

Outro aspecto relevante foi a queda dos preços das *commodities*, com destaque para o Petróleo, que depois de ter atingido em 2008 o recorde de US\$ 146/barril, ficou cotado em US\$ 62,04 na média do ano.

As tensões financeiras e econômicas nunca vividas no mundo moderno globalizado impactaram fortemente no resultado do PIB brasileiro que fechou o ano de 2009 em 0,2%. Apesar desta redução frente a 2008, quando o país crescera 5,1%, o Brasil foi indiscutivelmente um dos países menos afetados pela crise, ratificando o fortalecimento e a consolidação de seus fundamentos econômicos.

O volume diário de gás natural consumido em 2009 foi de 36,7 milhões de metros cúbicos, 26% abaixo de 2008. Esta redução foi provocada pela menor atividade industrial e pela situação hidrológica favorável, que tornou desnecessário o uso intensivo do insumo nas termelétricas.

O setor industrial, fortemente afetado pelo freio na atividade econômica e pela falta de crédito para financiar novos projetos, registrou queda de 5,5% em 2009, a primeira retração desde 2001 (-0,6%) que foi o ano do racionamento de energia. O nível de investimentos para o setor apresentou recuo de 9,9%. Apesar desta redução, as distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas não abastecidas. O mercado brasileiro encerrou o ano com 18.153,2 km de rede de distribuição, e o número de clientes de gás natural chegou a 1 milhão e 740 mil.

Adicionalmente, o país apresentou ótimas perspectivas de crescimento da oferta de gás natural a partir da entrada em operação de novos gasodutos e os projetos de importação de gás natural liquefeito (GNL) – sendo um em Pecém (CE) e outro na Baía de Guanabara (RJ). O primeiro com capacidade projetada de 7 milhões de metros cúbicos/dia e o segundo com capacidade que deve variar entre 14 e 22 milhões de metros cúbicos/dia.

As descobertas dos três primeiros campos do pré-sal – Tupi, Iara e Parque das Baleias – também reforçaram as perspectivas de oferta futura do produto no mercado interno.

A aprovação da Lei do Gás, ainda que pendente de aprovação, estabeleceu novo marco regulatório e modernizou e atualizou as regras para transporte, exploração, estocagem, processamento, liquefação, regaseificação e comercialização do gás natural no Brasil. A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.



6 ■ Atividade Comercial



Em 2009, a Companhia obteve incremento líquido de 1.494 clientes, o que corresponde a um crescimento de 7%, em relação ao ano anterior. Com isso, a Companhia encerrou o período com um total de 23.031 clientes nos diferentes mercados.

Número de clientes	2009	2008	Variação (%)
Residencial	22.647	21.152	7,0
Comercial	209	219	5,0
Industrial Firme	79	76	4,0
Geração Elétrica	3	3	0
Postos de GNV	93	87	7,0
Total	23.031	21.537	7,0

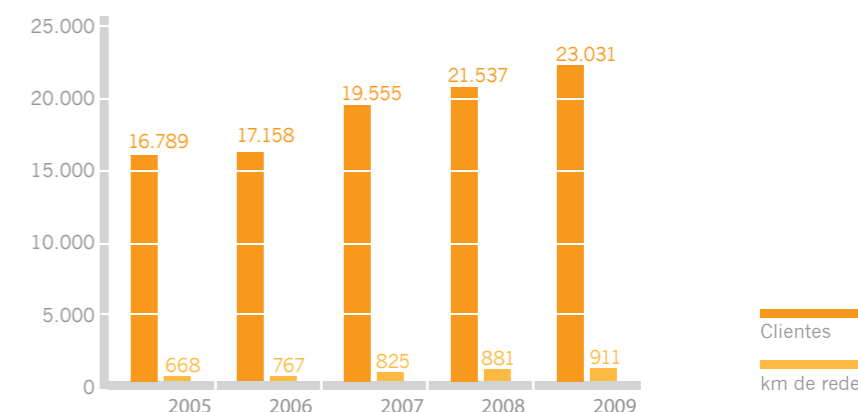
Dando prosseguimento ao seu plano de expansão, a Companhia concluiu as obras de infraestrutura e iniciou o abastecimento para os segmentos residencial e industrial no município de Três Rios. Em Rio das Flores a CEG RIO também iniciou suas atividades, por meio do mercado de GNV.

Com isso, até o final de 2009, a atividade comercial foi realizada em 19 municípios atendidos pela Companhia. São eles: Arraial do Cabo, Barra do Pirai, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Engenheiro Paulo de Frontin, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Rio das Ostras, São Pedro d'Aldeia, Três Rios e Volta Redonda.

No segmento industrial, a Companhia iniciou o abastecimento a duas grandes industriais, Latapack, em Três Rios, e Votorantim Siderurgia, em Resende, que juntas têm capacidade para consumir de 3,3 milhões de metros cúbicos/mês.

Nesses 19 municípios, a Companhia atende a 22.647 clientes do segmento residencial. Já no segmento de pequeno comércio, o total de clientes foi de 190, e no de grande comércio, 19. No segmento industrial, 79 clientes, e no de GNV foram 93.

No quadro a ao lado, a evolução do número de clientes/redes a partir de 2005:



6.1 Vendas Convencionais

A redução total das vendas da CEG RIO em 2009 foi de 59%. Este resultado é reflexo da menor atividade industrial e do elevado nível de chuvas que se apresentou na região sudeste em 2009, que reduziu substancialmente a necessidade de acionamento das térmicas, o que impactou especificamente o volume de vendas para o mercado de geração.

As vendas para o setor industrial foram impactadas pela redução da atividade industrial e pelo atraso na entrada em operação de novos clientes. Apesar disto, a Companhia registrou recuperação de 26% das vendas de gás no segundo semestre do ano, em função dos sinais de aceleração da economia neste período. A participação da CEG RIO nos leilões de gás natural realizados pela Petrobras, que viabilizou a prática de tarifas mais competitivas para este segmento, também contribuiu para esta recuperação.

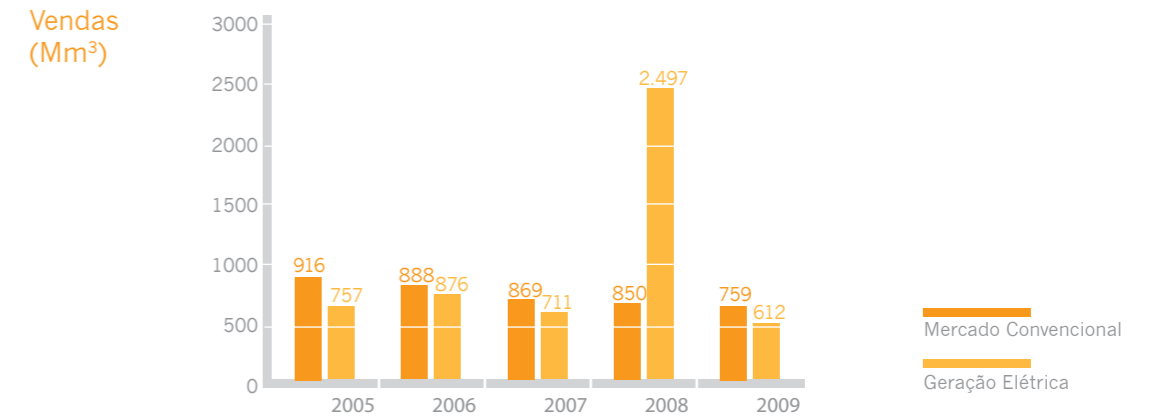
O setor Automotivo também apresentou queda nas vendas frente aos resultados de 2008, com redução de 7% em função da baixa competitividade do GNV frente ao álcool, principalmente no final do primeiro trimestre.

Com o objetivo de recuperar o nível de vendas de gás para o mercado de gás natural veicular (GNV) e visando fomentar o número de conversões, foram realizadas duas campanhas publicitárias na mídia, em duas fases. A primeira fase da campanha buscou esclarecer as vantagens econômicas e ambientais do gás natural veicular em relação aos outros combustíveis. A segunda fase da campanha, realizada no final do ano, também teve o intuito de estimular as conversões destacando aos usuários o benefício fiscal obtido pela redução do IPVA.

O resultado de todo esse esforço de comunicação foi um aumento de 64% no número de conversões no Estado do Rio de Janeiro, se comparado ao mesmo período de 2009 frente a 2008 (julho-novembro).

Nas vendas do setor Comercial, houve redução de 13,3%, mas no setor Residencial, apesar de todas as dificuldades ocorridas em 2009, a CEG RIO registrou incremento de 2%.

Vendas (Mm³)	2009	2008	Variação (%)
Residencial	2,37	2,32	2,3
Comercial	1,42	1,63	13,3
Industrial Firme	600,43	693,02	13,4
Postos de GNV	155,24	152,68	1,7
Total mercado convencional	759,45	849,66	10,62
Geração Elétrica	612,43	2497,12	75,5
Total	1.371,88	3.346,78	59,01



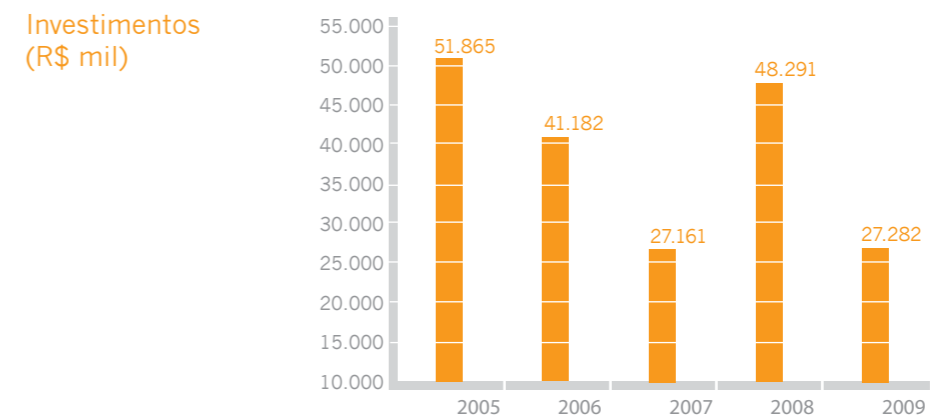
6.2 Recursos Investidos

Em 2009 foram investidos R\$ 27,3 milhões na CEG RIO, um total de recursos 43,5% menor do que o investido em 2008. Os volumes financeiros investidos em 2009 tiveram como objetivo principal a saturação de redes já existentes.

	2008	2007	Variação (%)
Investimentos (R\$ mil)	48.291,50	27.160,70	77,8
Expansão Comercial	34.375	23.965	43,4
Adequação de Redes/Outros	13.916	3.195	335,50

Essa redução do nível de investimentos esteve em linha com o volume de captação e colocação em serviço de novos clientes residenciais, menor custo com manutenção devido à redução de investimentos nos projetos de sistemas de *backups* e em razão da reclassificação dos desembolsos com diferido, que a partir de 2009 passaram a ser classificados como gastos, em cumprimento à lei 11.638/2008

O projeto de expansão comercial continuou consumindo um volume importante de recursos chegando a 76,6% do total. Com essa atividade comercial, a Companhia encerrou o exercício de 2009 com um total de 881,4 km de rede.





7 ■ Sumário Financeiro



Receita líquida

As receitas operacionais da Companhia foram de R\$ 924,9 milhões, 43,83% menores do que as do exercício anterior. Essa redução é um reflexo principalmente da queda da atividade industrial observada em 2009, resultante da crise econômica mundial ocorrida no período.

Lucro bruto

O lucro bruto em 2009 foi de R\$ 160,5 milhões, superando em 1,91% os resultados obtidos em 2008, o que representa uma margem bruta de 17,4% – 7,8 pontos percentuais superior ao apresentado no ano anterior.

Resultado financeiro

O ano de 2009 foi impactado pela crise financeira iniciada no último trimestre de 2008, o que influenciou a política monetária implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa básica de juros (Selic). Esse efeito teve impacto nos gastos com juros e o resultado financeiro, que em 2008 foi de R\$ - 10,8 milhões, chegou a R\$ - 6,8 milhões em 2009, o que equivale a 36,8% de melhora do resultado no ano. O endividamento financeiro da empresa fechou em 40,3% frente aos 43,8% do ano de 2008.

Lucro operacional

O Lucro Operacional em 2009 foi de R\$ 102,4 milhões, total R\$ 1,8 milhão inferior ao do ano anterior.

Lucro líquido

O Lucro líquido do ano de 2009 foi de R\$ 70,4 milhões, apresentando uma redução de R\$ 604 mil frente ao ano de 2008 – o que representa uma redução percentual de 0,85%.

Conta de Resultados (R\$ milhões)	2008	2007	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	924,9	1.646,7	43,83
Lucro bruto	160,5	157,5	-1,91
Lajida (Ebitda)	128,5	132,4	2,98
Lucro operacional	102,4	104,2	1,73
Lucro líquido do exercício	70,4	71,0	0,85

Lajida (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 128,5 milhões registrado no período representou uma redução de 2,98% em comparação com o ano anterior. Mesmo com esse resultado, verifica-se que o crescimento médio anual do Lajida foi superior a 16% nos últimos cinco anos.

Conta de Resultados (R\$ milhões)	2009	2008	Varição (%)
Lajida (R\$ milhões)	128,5	132,4	2,98
Lucro antes do resultado financeiro	109,2	115,0	5,02
Depreciação e amortização	14,2	12,3	15,35
Perdas e Recuperação de Créditos	5,05	5,1	1,29

Remuneração aos Acionistas

De forma a permitir uma solução de continuidade no programa de investimentos da Companhia e visando não sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 40,2 milhões, sendo R\$ 8,9 milhões a título de juros sobre o capital próprio, já aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas (realizada no dia 28/12/09) e de R\$ 31,3 milhões sob a forma de dividendos. Esses valores somados representam 60% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. Os restantes 40% servirão como reservas para os futuros investimentos a serem realizados pela CEG RIO.

Esta proposta será apreciada na próxima Assembleia Geral de Acionistas, que deverá ser realizada no mês de abril de 2010.

7.1 Financiamentos

Ao longo do ano de 2009, a empresa manteve a estrutura de financiamento dos recursos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CEG RIO apresentou projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos para os anos de 2007, 2008 e 2009. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação comercial em municípios fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 83 milhões.

O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 56 milhões (correspondente a 68,0% dos investimentos apresentados); prazo de 96 meses e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Em linha com o plano de desembolsos, a CEG RIO recebeu o montante de R\$ 8,6 milhões, em 2009. De acordo com o planejado, o último desembolso desse contrato será realizado em 2010, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa ao longo do próximo período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a CEG RIO mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos.

Para 2010, a Companhia tem como meta a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

7.2 Acionistas

Em 31 de dezembro de 2009 o capital social da CEG RIO estava representado por 1.995.030 ações (665.008 mil ordinárias e 1.330.022 mil preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Gás Natural (grupo)	59,60	70,46	54,20
Gás Natural Internacional SDG	37,33	51,00	30,50
Gás Natural SDG	22,27	19,46	23,70
Pluspetrol Energy S.A.	3,00	3,35	2,80
Gaspetro	37,41	26,19	43,00

7.3 Panorama tributário

O Grupo Gas Natural Brasil, cumprindo a obrigatoriedade legal de acordo o Decreto 6.022/2007 que instituiu o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital –, mantém em funcionamento três subprojetos:

- ECD – Escrituração Contábil Digital – entregue em junho de 2009 referente ao exercício de 2008.
- EFD – Escrituração Fiscal Digital – entrega mensal a partir 1º de maio de 2009.
- NF-e – Nota Fiscal Eletrônica – emitida desde abril de 2009 substituindo as Notas Fiscais de Circulação de Mercadorias e de GNV e já sendo preparada para emissão em outros mercados de venda de gás.



8. Responsabilidade Social Corporativa



Em 2009, a CEG RIO deu continuidade à sua política de aproximação com a sociedade, através da inclusão de seu nome em apoios institucionais à arte e à educação, principalmente.

Apoiou projetos como o Prêmio Rio Sociocultural, realizado pelo Instituto Cultural Cidade Viva, que premiou 10 iniciativas sócio culturais no interior do estado do Rio de Janeiro.

Por meio desse projeto a CEG RIO, buscou valorizar e divulgar ações que contribuam para o crescimento social, para a autoestima das comunidades e que gerem trabalho, renda, cidadania e fortalecimento da identidade fluminense. As inscrições foram abertas a instituições públicas, ONGs, iniciativas pessoais e de grupos.

Neste primeiro ano de realização, foram 283 inscrições, com a participação de 71 municípios fluminenses. Foram escolhidas pelo Comitê Técnico 10 ações finalistas, das quais 5 saíram vencedoras, sem ordem de classificação. Dentre os projetos premiados estão:

- **Sala de Leitura de Rio Preto (Campos dos Goytacazes)**
O projeto visa estimular a leitura entre jovens da região do Distrito de Morangaba, motivar o ingresso e permanência na educação formal, dar orientações para pesquisa e estudos, desenvolver a expressão oral e prestar assessoria à geração de renda, junto aos familiares. A ação ocorre em uma pequena casa e tem recursos próprios da proponente, uma professora aposentada de 80 anos.
- **Oleiros e Olarias – Tradição da Arte Cerâmica de Itaboraí**
Projeto que resgata e promove a “cultura do barro” de Itaboraí, através do aperfeiçoamento da produção cerâmica artesanal, da criação de bases para o associativismo da classe de artesãos e do desenvolvimento da atividade turística no sítio histórico.
- **A Formação do Leitor e a Democratização da Literatura Infanto-juvenil para Crianças Portadoras de Deficiência Visual ou Baixa Visão Através do Rádio (Nova Friburgo)**
Distribuição de literatura e programas radiofônicos em fita K-7 e CD para crianças cegas ou com baixa visão ao redor do país. Ouvintes voluntárias ensaiam, praticam e gravam as histórias escolhidas, aprimorando assim as sua capacidade de leitura.





Prêmio Rio Sociocultural contou com a participação de 71 municípios fluminenses



Dez iniciativas foram premiadas

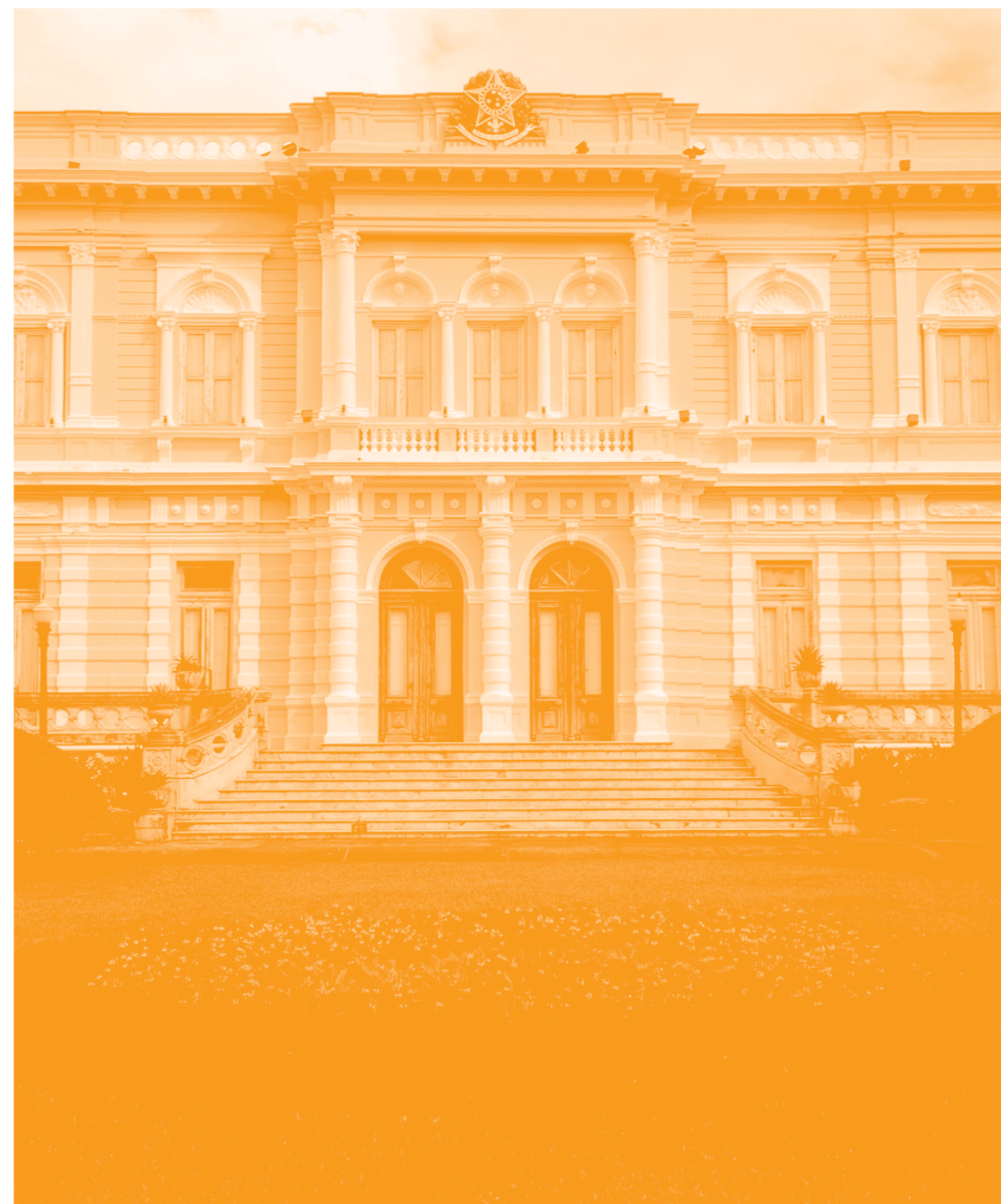
Buscando realizar iniciativas capazes de dar uma contribuição às regiões em que está presente, a Companhia apoiou a VII Conferência Estadual do CEDCA através do Fundo para a Infância e Adolescência, com o patrocínio aos grupos culturais que se apresentaram durante o evento, aberto ao público.

No âmbito cultural, também patrocinou a Festival RIO de Cinema, o maior evento internacional de cinema, que reconhece, valoriza e premia, entre outras, as principais produções nacionais.

Visando preservar a memória das regiões em que está presente, a CEG RIO apoiou a produção do livro De Palácios, Chalés e Sobrados, sobre os casarões e antigas moradias de valor histórico da cidade de Petrópolis.

Ao participar dessas ações, a CEG RIO consolidou sua presença junto à comunidade, envolvendo-se com os projetos que beneficiam a vida cultural e social do Estado do Rio de Janeiro.

09 ■ Demonstrações Financeiras



Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas

CEG RIO S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais da CEG RIO S.A. (a “Companhia”) em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG RIO S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2010.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Parecer do conselho fiscal

Aos Membros do Conselho Fiscal

CEG RIO

Os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no trabalho de acompanhamento desenvolvido pelo Conselho Fiscal, nas informações prestadas pela Administração da Companhia, no Parecer emitido sem ressalvas pelos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e após análise do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas e da proposta de Destinação do Lucro, decidiram recomendar à Assembleia Geral dos Acionistas a aprovação dos referidos documentos, bem como das propostas de Aumento de Capital pela incorporação de reservas de lucro e de Orçamento de Capital para o exercício social de 2010, apresentados pela empresa.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2010.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Paulo José Alves

Paulo Andrade Rodrigues

João Carlos de Medeiros Ferraz

Renato Achutti

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2009	2008
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.609	32.327
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	35.431	-
Contas a receber de clientes (Nota 4)	108.707	218.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(42.136)	(37.403)
Tributos a recuperar (Nota 6)	21.442	43.539
Ativos fiscais diferidos (Nota 7)	649	427
Contas a receber de parte relacionada (Nota 8)	3	3
Adiantamentos a fornecedores	403	414
Créditos restituíveis (Nota 15.1)	18.522	-
Estoques	404	1.003
Despesas antecipadas	94	116
Demais contas a receber	-	226
	159.128	259.204
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 4)	21.058	-
Ativos fiscais diferidos (Nota 7)	4.761	3.128
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	2.388	3.001
Créditos restituíveis (Nota 19)	39.180	-
Depósitos judiciais	808	577
Outros realizáveis a longo prazo	372	468
	68.567	7.174
Imobilizado (Nota 9)	248.891	232.459
Intangível (Nota 10)	1.057	460
Diferido (Nota 11)	34.852	40.292
	284.800	273.211
	353.367	280.385
Total do ativo	512.495	539.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2009	2008
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	42.984	9.451
Fornecedores	93.505	202.069
Obrigações trabalhistas	57	947
Tributos a recolher (Nota 13)	38.200	38.761
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 8)	1.151	780
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 14 – b)	40.145	33.742
Demais contas e despesas a pagar	4.293	3.019
	220.335	288.769
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	74.991	103.311
Provisão para contingências (Nota 15.3)	2.827	2.537
Débitos restituíveis (Nota 19)	39.180	-
Recebimentos antecipados	32	128
	117.030	105.976
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	72.377	53.730
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	102.663	91.024
	175.130	144.844
Total do passivo e patrimônio líquido	512.495	539.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2009	2008
Receita bruta de vendas e serviços (Nota 17)		
Venda de gás	1.078.597	1.800.397
Prestação de serviços	934	2.026
	1.079.531	1.802.423
Deduções da receita bruta	(154.654)	(155.740)
Receita líquida de vendas e serviços	924.877	1.646.683
Custo do gás vendido e dos serviços prestados	(764.360)	(1.489.173)
Lucro bruto	160.517	157.510
Despesas operacionais		
Pessoal	3.291	3.140
Utilidades, materiais e serviços	4.495	1.464
Gerais e administrativas	26.638	23.130
Depreciação e amortização	14.195	12.306
Outras, líquidas	2.662	2.461
	51.281	42.501
Lucro operacional antes do resultado financeiro	109.236	115.009
Resultado financeiro (Nota 21)		
Receitas financeiras	3.239	6.759
Despesas financeiras	(10.038)	(17.523)
	(6.799)	(10.764)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.437	104.245
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)		
Do exercício	(33.862)	(33.582)
Diferidos	1.856	372
Lucro líquido do exercício	70.431	71.035
Quantidade de lote de mil ações do capital social no final do exercício	1.995.023	1.995.023
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no final do exercício – R\$	35,30	35,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital – incentivos fiscais	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Expansão	Legal		
Em 31 de dezembro de 2007	44.762	90	55.724	6.975	-	107.551
Aumento de capital	8.968	-	(8.968)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.035	71.035
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.552	(3.552)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 3,37 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(6.722)	(6.722)
Dividendos propostos (R\$ 13,54 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(27.020)	(27.020)
Reserva para expansão	-	-	33.741	-	(33.741)	-
Em 31 de dezembro de 2008	53.730	90	80.497	10.527	-	144.844
Aumento de capital	18.647	-	(18.647)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.431	70.431
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.522	(3.522)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 4,45 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(8.871)	(8.871)
Dividendos propostos (R\$ 15,68 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(31.274)	(31.274)
Reserva para expansão	-	-	26.764	-	(26.764)	-
	-	-	88.614	14.049	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	72.377	90	102.663	-	-	175.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	102.437	104.245
Ajustes		
Depreciação e amortização	14.195	12.306
Valor residual do ativo permanente baixado	7	138
Lucro na venda do imobilizado	(91)	(63)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	11.299	10.783
	<u>25.410</u>	<u>23.164</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	93.520	(120.031)
Estoques	599	(140)
Tributos a recuperar e diferidos	42.906	(17.389)
Adiantamentos a fornecedores	-	723
Outros ativos	124	662
Fornecedores	(127.086)	128.057
Obrigações trabalhistas	(890)	467
Tributos a receber	(32.567)	21.322
Partes relacionadas	371	-
Outros passivos	1.178	952
	<u>(21.845)</u>	<u>14.623</u>
Caixa proveniente das operações	<u>106.002</u>	<u>142.032</u>
Imposto de renda e da contribuição social pagos	(22.051)	(42.653)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pago	(1.009)	(858)
Juros pagos sobre empréstimos	(4.900)	(6.576)
	<u>(27.960)</u>	<u>(50.087)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>78.042</u>	<u>91.945</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(35.431)	-
Aquisições do ativo intangível	(746)	(67)
Aquisições do ativo imobilizado	(25.045)	(37.261)
Aquisições do ativo diferido	-	(11.271)
Venda de ativo imobilizado	91	63
	<u>(61.131)</u>	<u>(48.536)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(61.131)</u>	<u>(48.536)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(12.870)	(147.315)
Ingressos de empréstimos	11.974	138.711
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(32.733)	(15.371)
	<u>(33.629)</u>	<u>(23.975)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(33.629)</u>	<u>(23.975)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.718)	19.434
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>32.327</u>	<u>12.893</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>15.609</u>	<u>32.327</u>
Transações que não afetam caixa		
Take or pay com fornecedor (Nota 15.1)	18.522	
Créditos/Débitos restituíveis (Nota 19)	39.180	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A CEG RIO S.A. tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 15), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que poderão ser diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

(a) Alteração na lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória – MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB. A aplicação da referida Lei e MP foi obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

(a) Ajuste a valor presente – em 2008, o efeito foi considerado imaterial pela administração da Companhia e, portanto, não foi reconhecido. Em 2009, o contas a receber de clientes (curto e longo prazos) foram apurados a valor presente no montante de R\$ 6.726 (Nota 20).

(b) Ativo diferido – a Companhia optou pela manutenção do saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 até sua completa amortização. A partir de 2009, os gastos de natureza de ativo diferido estão sendo lançados no resultado do exercício, e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R\$ 2.602.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende de finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de cliente, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa exceto investimentos de curto prazo, quando aplicável. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Ativos mantidos até o vencimento

Esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários de liquidez imediata.

(d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(e) Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

(f) Ativos fiscais diferidos

Consistem em imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda – 25%, e para a contribuição social – 9%.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(g) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

(h) Imobilizado

Demonstrados pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Os custos dos juros sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os outros custos de empréstimos são tratados como despesas.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9.

(i) Ativos intangíveis

Referem-se, principalmente, a programas de computador (*software*) e gastos de infraestrutura (serviços de passagem).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *software* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *software* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *software* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho do *software* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*. Os gastos com o desenvolvimento de *software*

reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 10.

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 10).

(j) Diferido

O diferido, formado até 31 de dezembro de 2008, refere-se, basicamente, a gastos com captação de novos clientes. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 11).

Em consonância com a MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção do ativo diferido até sua completa amortização. A partir de 2009, os gastos dessa natureza estão sendo lançados no resultado do exercício.

(k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Até o momento não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

(l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Companhia espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

(m) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

(n) Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitado a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Dividendos e juros sobre capital próprio

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares das ações de qualquer espécie, será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio ou provisionados são contabilizados como despesa financeira. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

(q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da venda de gás e serviços. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

2.3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alterem as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que entendemos poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- CPC 20 – Custos de empréstimos
- CPC 22 – Informação por segmento
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- CPC 24 – Eventos subsequentes
- CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes
- CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 – Ativo imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- CPC 33 – Benefícios a empregados
- CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação

(b) Interpretações

- ICPC 01 – Contratos de concessão
- ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 10 – Esclarecimentos sobre o CPC 27

Os efeitos da aplicação das normas e interpretações de normas obrigatórias para os exercícios sociais a partir de 1º de janeiro de 2010 estão em processo de análise e mensuração pela Companhia.

3. Títulos e valores mobiliários

Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário – em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 98,66% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro –, com vencimento em até 17 de dezembro de 2010, mensurados a valor justo por meio do resultado.

4. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Consumidores de Gás e Serviços	128.378	217.346
Vendas de equipamentos	<u>1.387</u>	<u>1.206</u>
	129.765	218.552
Circulante	<u>(108.707)</u>	<u>(218.552)</u>
Não circulante – Realizável a longo prazo (Nota 20)	<u>21.058</u>	<u>-</u>

Em 1º de janeiro de 2008, as tarifas foram atualizadas conforme variação do índice de inflação de 6,23% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, excluídos o custo de aquisição do gás e os tributos incidentes. Em 4 de janeiro, 3 de abril, 1º de junho, 1º de julho, 1º agosto e 1º de novembro de 2008, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 10,70%, 5,53%, 8,67%, 10,81%, 7,39% e 9,22%, respectivamente.

Em 1º de janeiro de 2009, as tarifas foram atualizadas conforme variação do índice de inflação de 11,88% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2007 a 30 de novembro de 2008, excluídos o custo de aquisição do gás e os tributos incidentes. Em fevereiro e maio de 2009 ocorreram reduções do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,77% e 6,17%, respectivamente. Nos meses de agosto e novembro ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos citados meses em 2,67%, 6,30%, respectivamente. Adicionalmente em maio houve um reajuste na tarifa em função do incremento de 11,83% nas margens da CEG RIO, conforme publicação da Deliberação Agenera nº 370, como resultado da 2ª Revisão Quinquenal de Tarifas (Nota 20).

A diminuição do contas a receber em relação a 2008 deve-se à redução de cerca de 85% do consumo de gás pela indústria termelétrica.

Os valores de longo prazo referem-se integralmente ao reconhecimento da retroatividade da revisão tarifária (Nota 20), sendo R\$ 4.621 apresentados no curto prazo e R\$ 21.058 no longo prazo.

5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber das empresas Cia. Nacional de Álcari, Companhia Salinas Perynas e Refinaria Nacional de Sal, clientes de longa data da Companhia, que acumularam uma dívida histórica de R\$ 17.012, R\$ 7.388 e R\$ 15.356, respectivamente (R\$ 17.012, R\$ 7.407 e R\$ 11.350 em 31 de dezembro de 2008). Em relação a Álcari e Perynas, após sucessivos acordos não cumpridos, foi assinado um compromisso final de quitação parcelada de todos os valores vencidos através de acordos finais concluídos em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, respectivamente. O fornecimento de gás ficou condicionado ao estrito cumprimento das cláusulas dos citados acordos, que previam o pagamento antecipado. Os acordos finais também não foram cumpridos, resultando no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções desses acordos que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A Refinaria Nacional de Sal discute judicialmente o valor da tarifa

praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás – PCS –, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira da Refinaria de pagar a dívida em caso de decisão final provável à CEG RIO. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

6. Tributos a recuperar

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda (a)	6.109	19.990
Contribuição social (a)	11.795	21.121
ICMS a recuperar (b)	<u>5.926</u>	<u>5.429</u>
	23.830	46.540
Circulante	<u>(21.442)</u>	<u>(43.539)</u>
Não circulante – Realizável a longo prazo	<u>2.388</u>	<u>3.001</u>

(a) Refere-se a antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social.

(b) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo imobilizado, sendo R\$ 3.538 (R\$ 2.428 em 31 de dezembro de 2008) com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.388 (R\$ 3.001 em 31 de dezembro de 2008) com expectativa de realização a longo prazo.

7. Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são compostos como segue:

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do exercício	2.614	941	3.555	2.341	842	3.183
Diferenças temporárias do exercício	15.159	5.457	20.616	4.125	1.485	5.610
Realização de ativos diferidos por: Reversões de provisões não dedutíveis no passado	<u>(13.795)</u>	<u>(4.966)</u>	<u>(18.761)</u>	<u>(3.852)</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(5.238)</u>
Saldo no final do exercício	3.978	1.432	5.410	2.614	941	3.555
Circulante	<u>(477)</u>	<u>(172)</u>	<u>(649)</u>	<u>(314)</u>	<u>(113)</u>	<u>(427)</u>
Não circulante	<u>3.501</u>	<u>1.260</u>	<u>4.761</u>	<u>2.300</u>	<u>828</u>	<u>3.128</u>

Os ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 referem-se a diferenças temporárias, sendo que as mesmas serão aproveitadas à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas. A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme o demonstrado a seguir:

	2009	2008
2009	-	427
2010	649	711
2011	1082	711
2012	1082	711
2013	1082	711
2014	1083	142
2015	216	142
2016	216	-
	<u>5.410</u>	<u>3.555</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

8. Contas de partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	-	1.105	9.474
Gas Natural SDG S.A.	3	5	51
Gas Natural Serviço S.A.	-	41	342
Gás Natural do Brasil S.A.	-	-	105
Em 31 de dezembro de 2009	<u>3</u>	<u>1.151</u>	<u>9.972</u>
Em 31 de dezembro de 2008	<u>3</u>	<u>780</u>	<u>9.634</u>

Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia. Essas operações foram realizadas a preços e condições normais de mercado para operações semelhantes.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Salários e encargos	409	354
Honorários dos administradores	2.801	2.666
Participação nos lucros	-	28
	<u>3.210</u>	<u>3.048</u>

9. Imobilizado

	Equipamentos de informática		Móveis e utensílios		Veículos		Rede de gás		Outros		Total em operação		Imobilizado em andamento		Total	
	Máquinas e equipamentos	Hardware														
Em 1º de janeiro de 2008	710	2.565	424	129	252	178.170	39	182.289	20.484	202.773						
Aquisição	87	192	123	10	149	1.419	160	2.140	35.121	37.261						
Baixa líquida de depreciação	-	-	(15)	-	(8)	(65)	-	(88)	-	(88)						
Transferência líquida	-	-	-	-	-	17.001	-	17.001	(17.001)	-						
Depreciação	-	(501)	(97)	(18)	(72)	(6.760)	(39)	(7.487)	-	(7.487)						
Em 31 de dezembro de 2008	797	2.256	435	121	321	189.765	160	193.855	38.604	232.459						
Custo total	797	5.150	592	195	670	221.617	466	229.487	38.604	268.091						
Depreciação acumulada	-	(2.894)	(157)	(74)	(349)	(31.852)	(306)	(35.632)	-	(35.632)						
Valor residual	797	2.256	435	121	321	189.765	160	193.855	38.604	232.459						
Em 1º de janeiro de 2009	797	2.256	435	121	321	189.765	160	193.855	38.604	232.459						
Aquisição	-	93	52	7	67	705	148	1.072	23.973	25.045						
Baixa líquida de depreciação	-	-	-	-	(7)	-	-	(7)	-	(7)						
Transferência líquida	-	-	-	-	-	38.609	-	38.609	(38.609)	-						
Depreciação	-	(497)	(117)	(20)	(94)	(7.820)	(58)	(8.606)	-	(8.606)						
Em 31 de dezembro de 2009	797	1.852	370	108	287	221.259	250	224.923	23.968	248.891						
Custo total	797	5.243	644	202	730	260.931	614	269.161	23.968	293.129						
Depreciação acumulada	-	(3.391)	(274)	(94)	(443)	(39.672)	(364)	(44.238)	-	(44.238)						
Valor residual	797	1.852	370	108	287	221.259	250	224.923	23.968	248.891						
Taxas anuais de depreciação – %			5	10	5	3,3 e 5,0	Diversas									

10. Intangível

	Servidões de passagem	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2008	223	299	522
Aquisição	-	84	84
Baixas líquidas	-	(50)	(50)
Amortização	(19)	(77)	(96)
Em 31 de dezembro de 2008	204	256	460
Custo total	281	419	700
Amortização acumulada	(77)	(163)	(240)
Valor residual	204	256	460
Em 1º de janeiro de 2009	204	256	460
Aquisição	-	746	746
Amortização	(19)	(130)	(149)
Em 31 de dezembro de 2009	185	872	1.057
Custo total	281	1.165	1.446
Amortização acumulada	(96)	(293)	(389)
Valor residual	185	872	1.057
Taxas anuais de amortização – %	6,7	20	

11. Diferido

	Captação e transformação	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2008	33.706	55	33.761
Aquisição	11.271	-	11.271
Amortização	(4.729)	(11)	(4.740)
Em 31 de dezembro de 2008	40.248	44	40.292
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(14.042)	(67)	(14.109)
Valor residual	40.248	44	40.292
Em 1º de janeiro de 2009	40.248	44	40.292
Amortização	(5.429)	(11)	(5.440)
Em 31 de dezembro de 2009	34.819	33	34.852
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(19.471)	(78)	(19.549)
Valor residual	34.819	33	34.852
Taxas anuais de amortização – %	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial – RIP.

Conforme permitido pela lei 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

12. Empréstimos e financiamentos

	2009	2008
Financiamentos	55.333	56.219
Linhas de crédito	62.642	56.543
	117.975	112.762
Circulante	(42.984)	(9.451)
Não circulante – Exigível a longo prazo	74.991	103.311

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 101,7 % do CDI (98,5% em 2008).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	%		2009		2008	
	Fn	Lc	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.		100	30.642	32.000	-	56.543
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100		12.342	42.991	9.451	46.768
			42.984	74.991	9.451	103.311

* Fn – Financiamento, Lc – Linha de crédito

As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 108% da variação do CDI. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

- Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificamente a gaseificação do município de Petrópolis. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 1% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP, acrescido de 4% ao ano.
- Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificadamente a gaseificação dos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, além do avanço em zona já consolidada, Norte Fluminense e Sul Fluminense. Esse financiamento possui vencimento final em 2014 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP, acrescido de 2,8% ao ano.
- Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP, acrescido de 2,3% ao ano.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	35.619
2011	19.158	17.670
2012	17.187	15.702
2013	17.188	15.702
2014	16.841	15.357
2015	4.617	3.261
	<u>74.991</u>	<u>103.311</u>

13. Tributos a recolher

(a) Composição do saldo

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda a pagar	23.511	24.383
Contribuição social a pagar	8.491	8.823
Imposto de renda diferido	1.365	273
Contribuição social diferida	491	98
ICMS a pagar	2.304	2.418
Taxa Agência Reguladora	377	982
Outros	1.661	1.784
	<u>38.200</u>	<u>38.761</u>

(b) As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão reconciliadas, às alíquotas nominais, como segue:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>102.437</u>	<u>102.437</u>	<u>104.245</u>	<u>104.245</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(25.609)	(9.219)	(26.061)	(9.382)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	2.218	798	1.681	604
Incentivos fiscais	50	-	100	-
Outros	(170)	(74)	(106)	(46)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	<u>(23.511)</u>	<u>(8.495)</u>	<u>(24.386)</u>	<u>(8.824)</u>

14. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Residentes no exterior:		
Gas Natural, SDG S.A.	129.422	314.851
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Internacional, SDG S.A.	339.154	405.494
Residentes no país:		
Gaspetro – Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	<u>665.008</u>	<u>1.330.015</u>

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais Extraordinária – AGE –, e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de abril de 2009 e 30 de abril de 2008, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 18.647 e R\$ 8.968, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	70.431	71.035
Constituição da reserva legal	(3.522)	(3.552)
Base de cálculo dos dividendos	<u>66.909</u>	<u>67.483</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<u>16.727</u>	<u>16.871</u>
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio	8.871	6.722
Dividendos	31.274	27.020
	<u>40.145</u>	<u>33.742</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	<u>60,00</u>	<u>50,00</u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2009, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP –, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$ 1.331, foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

(c) Retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a administração da Companhia propõe a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão no montante de R\$ 26.764 (R\$ 33.741 em 31 de dezembro de 2008), visando ao suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos da Companhia. A destinação dos lucros acumulados para a reserva de expansão foi feita *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em abril de 2010.

A proposta preliminar de orçamento da Companhia para 2010 foi apresentada ao Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2009, sendo que os recursos retidos serão utilizados nos projetos de ampliação, renovação e captação de novos clientes.

Com a transferência de lucros para a reserva de expansão, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

15. Compromissos e contingências

15.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento em novembro de 2008 de 2,46 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual – QDC), quantidade essa incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 2,91 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual – QDC). Por esse contrato, a CEG RIO se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras – e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC – compromisso *Take or Pay*.

Dessa forma, uma vez que no período não foi retirada na totalidade a quantidade mínima contratada, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da obrigação de pagamento registrando na conta de fornecedores o valor de R\$ 18.522. Considerando as projeções de consumo dos próximos meses, o pagamento antecipado das quantidades não consumidas será compensado mediante o consumo previsto em 2010 e, portanto, a Companhia registrou o seu direito de retirada no ativo circulante do mesmo valor da obrigação correspondente.

15.2 Compromisso com poder concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Teresópolis, Itatiaia, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os quatro primeiros municípios acima citados já estão sendo atendidos com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos em 2004 e 2005.

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, o Poder Concedente concordou com a revisão que foi apresentada no Plano de Investimentos da Companhia, sendo concedido novo prazo, até 2012, para o cumprimento dos compromissos assumidos relativamente aos demais municípios ainda não atendidos.

Vale ressaltar que com a aprovação do Plano de Investimentos da companhia até 2012, foi autorizado o atendimento a tais municípios por meio do fornecimento de Gás Natural Comprimido – GNC –, com exceção do município de Itatiaia, que deverá ser atendido por meio de rede de gás natural canalizado ainda em 2010.

15.3 Contingências

A provisão para contingências, formada substancialmente por processos de natureza administrativa, foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais, de qualquer natureza, sem prognóstico de êxito para a Companhia.

Existem outros processos na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 7.476 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.552 em 31 de dezembro de 2008) e referem-se, principalmente, ao seguinte processo:

Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471 e não os R\$ 4.943 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2009 seria de R\$ 5.830.

Adicionalmente a Companhia possui um montante de R\$ 224 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 239 em 31 de dezembro de 2008) referente a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionadas.

15.4 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

16. Recebimentos antecipados

Representado por crédito do Governo do Estado do Rio de Janeiro decorrente do pagamento de parte dos bens adquiridos pela CEG RIO à CEG. Esta obrigação está sendo liquidada através do fornecimento de gás natural, pela Companhia, para empresas beneficiárias de incentivo tarifário do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

17. Receita de vendas e serviços

A receita da Companhia pode ser demonstrada pelos seus principais segmentos como segue:

	2009		2008	
	M ³	R\$	M ³	R\$
	(Não auditado)		(Não auditado)	
Residencial	2.370	10.387	2.317	8.088
Comercial	1.416	3.945	1.634	3.511
Automotivo	155.235	144.628	152.684	120.730
Industrial	600.430	570.253	693.023	572.820
Termelétrica	612.432	349.384	2.497.118	1.095.248
Serviços	-	934	-	2.026
	<u>1.371.883</u>	<u>1.079.531</u>	<u>3.346.776</u>	<u>1.802.423</u>

18. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos e financiamentos), que podem ser assim apresentados:

	2009			2008		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	51.040	42.984	8.056	32.327	9.451	22.876
Não circulante	-	74.991	(74.991)	-	103.311	(103.311)
	<u>51.040</u>	<u>117.975</u>	<u>(66.935)</u>	<u>32.327</u>	<u>112.762</u>	<u>(80.435)</u>

(e) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(g) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 2008 a Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Durante o ano de 2008, a Companhia realizou operações de *swap* para provisão dos empréstimos em moeda estrangeira que foram liquidadas no mesmo ano. Essas operações geraram perdas de R\$ 13.201 registradas em despesa financeira.

A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos nem operações no exterior em aberto em 31 de dezembro de 2009.

19. Compromisso de *Take or Pay* no contrato com termelétricas

A CEG RIO possui um contrato de fornecimento de gás firme, assinado com a UTE Norte Fluminense, a qual pertence ao Grupo EDF (90%) e a Petrobras (10%). Este contrato prevê, além de outros compromissos, um compromisso (mensal e anual) de consumo, denominado *Take or Pay*, no qual são estabelecidas metas mínimas a serem atingidas, independente da quantidade de gás efetivamente consumida a cada período. O não cumprimento dessas metas acarreta cobranças adicionais à termelétrica, bem como pagamentos correspondentes à Petrobras, nesse caso na qualidade de fornecedora da CEG RIO.

Durante o exercício de 2008, a UTE Norte Fluminense não realizou pagamentos relativos aos compromissos mensal e anual de *Take or Pay*, pois cumpriu as metas mínimas.

Durante o exercício de 2009, a UTE Norte Fluminense realizou alguns pagamentos relativos ao compromisso mensal de *Take or Pay* cujo total monta a quantia de R\$ 39.180, pois, para certos meses do ano, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. Estes pagamentos foram reconhecidos no passivo, já que, de acordo com o contrato de fornecimento, representam antecipações de consumos futuros acima dos limites mínimos estabelecidos. Além disso, o baixo consumo da UTE Norte Fluminense fez com que a CEG RIO também não atingisse os limites mínimos previstos no contrato. Dessa forma, o mesmo valor foi pago pela CEG RIO à Petrobras e foi registrado no ativo como antecipação de consumo futuro nos termos descritos na Nota 15.1.

Não houve pagamento relativo ao compromisso anual para o exercício de 2009.

20. Revisão tarifária

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa – a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 31 de março de 2009 foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, no julgamento realizado na 4ª Sessão Regulatória do ano 2009, na Agerensa, na qual através da Deliberação Agerensa nº 370, foi deliberado um incremento de 11,83% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres.

Essa decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade. No entanto, com a publicação da Deliberação Agerensa nº 462, de 29 de outubro de 2009, a Agência autorizou a Concessionária a realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 9 de maio de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012 cujo valor presente monta a R\$ 25.230, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, cujo valor em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 25.679 (sendo R\$ 4.621 no ativo circulante e R\$ 21.058 no ativo não circulante conforme Nota 4). Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 contempla um efeito total de R\$ 15.833 líquidos dos efeitos tributários. O PIS, COFINS e a taxa da Agenera, incidentes sobre a referida receita, serão repassados à tarifa conforme contrato de concessão, portanto, foram registradas as obrigações e o contas a receber relativos aos referidos impostos no montante total de R\$ 1.689.

21. Resultado financeiro

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.136	353
Juros e multas	740	277
Outras receitas financeiras	31	423
Atualizações monetárias ativas	<u>1.332</u>	<u>5.706</u>
	<u>3.239</u>	<u>6.759</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(36)	(398)
Encargos de empréstimo (<i>swap</i> e juros)	(9.301)	(15.541)
CPMF		(55)
IOF	(182)	(562)
Outras despesas financeiras	(291)	(792)
Atualizações monetárias passivas	<u>(228)</u>	<u>(175)</u>
	<u>(10.038)</u>	<u>(17.523)</u>
Resultado financeiro	<u><u>(6.799)</u></u>	<u><u>(10.764)</u></u>

A variação do resultado financeiro do ano de 2009 em relação ao ano de 2008 foi motivada, principalmente, pelo menor volume de encargos sobre dívida bancária, gerado principalmente pela menor taxa de juros média (CDI) de 2009 em relação ao ano de 2008, maior volume de receita de aplicações financeiras e atualização monetária ativa.

22. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u> <u>Em milhares</u>
Risco Operacional (*) (**)	348.240
Responsabilidade Civil Geral (*) (**)	174.120
Responsabilidade Civil – Administradores – Diretores e Dirigentes (*)	3.891

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

(**) As importâncias seguradas são emitidas em US\$, cujos montantes foram convertidos para Reais pela taxa do dólar Ptax do dia 31 de dezembro de 2009 (US\$ 1,7412).